



# Economia para Trabalhadores

Ano IV, Edição XL

Setembro de 2016

## Nesta edição:

**Opinião** 2

**Atividade industrial - Brasil** 3

**Atividade Industrial - Santa Catarina** 4

**Indicadores** 5

## Apresentação

Caros(as) companheiros(as), chegamos na 40ª edição do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal da subseção do Dieese na Fetiesc. Gostaríamos de chegar nesta edição com indicadores melhores. É fato que os indicadores industriais começam a melhorar, a apresentar recuperação, sobretudo para o caso catarinense, onde o emprego na indústria registra crescimento e os resultados mensais da produção fazem com que, no ano, registra-se forte recuperação.

No entanto, abordamos nas últimas edições as propostas de reformas que o governo está anunciando: a previdenciária, a trabalhista e, neste boletim de agosto, a fiscal, ou a do próprio Estado brasileiro. Nestes casos, os pontos discutidos são críticos para as famílias, porque vem no sentido de retirar direitos fundamentais e criar obstáculos para o processo de distribuição de renda. Procuramos apresentar esta compreensão na primeira seção do boletim.

Os indicadores da indústria para o âmbito nacional apresentam resultados mais incertos, com recuperação fraca, mas ainda algumas incertezas. Depois de apresentar crescimento desde março, a produção de agosto registrou uma queda que anulou a alta deste período. Novos sinais negativos no campo econômico, associado as visíveis dificuldades do governo para avançar em seu programa, podem começar a refletir no indicador que teve forte recuperação e que está num patamar elevado, parecendo desencaixado dos fundamentos reais da economia: a confiança dos empresários industriais.

Boa leitura!

## Opinião\* - Novo Regime Fiscal: quem paga?

Ainda que em menor ritmo, a economia brasileira segue recuando. A retração da atividade, está claro, impacta negativamente a arrecadação dos governos e revela o desequilíbrio fiscal, já que as despesas tendem a cair menos do que as receitas com relação ao ritmo de atividade no tempo. Neste cenário amplia-se o debate sobre a política fiscal e as causas do desequilíbrio. Ao que tudo indica, apesar de as despesas crescerem em termos reais e acima do ritmo de crescimento da própria economia no período mais recente, o fator determinante para o desequilíbrio parece ter sido a forte queda registrada na receita total do governo. Esta dinâmica é perceptível desde 2009, quando o Brasil passou a sofrer impactos da crise mundial e intensificou-se nos últimos dois anos, quando a economia brasileira mergulhou em recessão.

A partir deste quadro, o atual governo brasileiro realizou um conjunto de anúncios buscando, segundo sua justificativa em discurso, sua orientação e interesse, melhorar expectativas de investidores e criar ambiente para a necessária retomada do crescimento econômico. Um dos primeiros atos foi aprovar no Congresso a alteração na meta fiscal estimada pelo governo anterior. De uma projeção que comportava desde um superávit de R\$ 2,7 bilhões a um déficit de R\$ 96,7 bilhões, para o caso de frustração de receitas, o novo governo conseguiu aprovar uma meta com déficit de R\$ 163,9 bilhões para o ano.

Desde então o governo chegou a ser mais criticado por próprios aliados, defensores da austeridade fiscal. Segundo estas análises o governo vinha sendo ambíguo nas medidas que adotava, do ponto de vista do cálculo fiscal, demonstrando firmeza em algumas medidas impopulares ao passo que mostrava-se bastante generoso em outras. É fato que, apesar de anunciadas, o governo parece encontrar enorme dificuldade para levar a cabo as medidas que propõe. Na medida em que sai de uma condição de "figurante" para protagonista, tanto o presidente, quanto seu partido, parecem evidenciar dificuldades em concretizar suas intenções, muito em função da complexa tarefa que passou a ser a de articular interesses no Congresso, cuja consequência é seu próprio mandato.

Assim, por exemplo, medidas anunciadas tem sua tramitação adiadas, como no caso da defendida Reforma da Previdência, ou ainda adiadas e "delegadas", como no caso da Reforma Trabalhista, que depois de adiada para o próximo ano o governo justificou estar o STF realizando-a, na prática. Encerra o tripé de reformas o Novo Regime Fiscal. Para além da revisão da meta fiscal - vale destacar que, em agosto, considerando a série dos últimos doze meses, o resultado primário das contas do setor público saltou para um déficit de R\$ 169 bilhões (-2,8% do PIB) -, há a PEC 241/2016.

Com esta PEC, o governo revela sua orientação de

i) buscar o reequilíbrio fiscal cortando gastos primários (custeio e investimentos em áreas como saúde, educação, habitação entre outras), deixando as despesas financeiras - juros - de fora; ii) não aumentar impostos ou alterar a estrutura tributária, corrigindo distorção que caracteriza sua regressividade; iii) ampliar receitas extraordinárias com venda de ativos (privatização) e concessões. Em síntese, mais que uma reforma fiscal ou um novo regime fiscal, o que o governo vem anunciando é uma Reforma do Estado brasileiro.

A PEC 241 propõe alterar a Constituição, no que diz respeito aos gastos primários, para os próximos 20 anos, com possibilidade de reavaliação a partir do décimo ano. O regime proposto fixa um teto de gastos para o setor público, limitado a inflação (IPCA) do ano anterior, e desvincula desembolsos cuja expansão, garantida pela Constituição, ocorria segundo variação da receita. A PEC estipula algumas sanções para as unidades de poderes que não cumprirem o teto, como impossibilidade de abrir concurso, criar cargos ou reajustar salários de servidores, ou impossibilidade de ampliar subvenções e/ou subsídios econômicos ou algum outro tipo de estímulo ao setor privado que resulte em renúncia de receita (incentivo tributário).

Talvez o principal ponto polêmico e crítico é a revogação de Emenda Constitucional de março de 2015 que estabelece progressividade nos gastos mínimos com as áreas de saúde e educação, vinculando-os a receita (para a saúde, a vinculação é de 15% da receita corrente líquida para União e entre 12% e 15% da arrecadação de impostos para estados e municípios; para a educação, a vinculação é de 18% da receita de impostos para a União e de 25% da receita de impostos e transferências para estados e municípios). Cálculos realizados pelo Orçamento Brasil e pelo IBGE revelam que, se fosse considerada a implementação da PEC 241 no período de 2002 a 2015, a área de educação teria perdido R\$ 377,7 bilhões e a de saúde R\$ 295,9 bilhões. Desnecessário afirmar que as pressões por mais e melhores políticas públicas tendem a crescer.

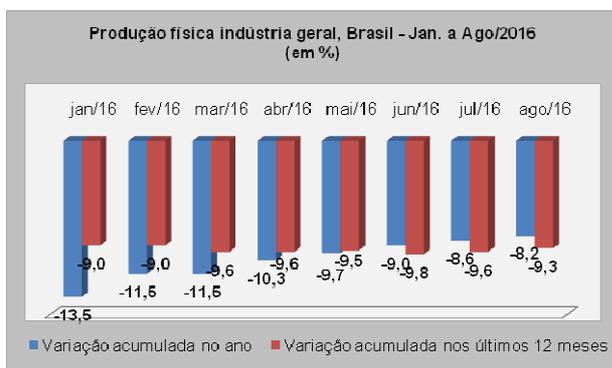
Assim, o conflito distributivo sobre o orçamento público federal está posto. As medidas anunciadas pelo governo evidenciam quem está sendo sacrificado com uma fração menor. Esta é a orientação política do governo, reflete os compromissos estabelecidos e também o poder que tem os grandes credores da dívida pública, já que as despesas com juros passa ao largo do novo regime fiscal. A dívida pública do governo geral chegou a R\$ 4,3 trilhões (70,1% do PIB) em agosto. As despesas nominais com os juros da dívida pública chegaram a cifra de R\$ 418 bilhões (6,9% do PIB) nos últimos doze meses, até agosto. Quem paga?

(\*) Mairon Edegar Brandes, economista.

## Atividade Industrial - Brasil

A produção industrial voltou a registrar recuo (-3,8%) na passagem de julho para agosto, com ajuste sazonal no Brasil. Este resultado interrompe variações positivas que observou-se desde o mês de março deste ano e anula o crescimento acumulado deste período. Com relação ao mês de agosto de 2015, a queda na produção foi de 5,2%. No acumulado do ano, até agosto, a retração na produção industrial foi de 8,2%. Nos últimos doze meses a queda foi de 9,3%.

Em agosto, tanto o agregado de indústrias extrativas, quanto o de indústrias de transformação apresentou recuo em todos os recortes temporais. Apesar da queda na produção industrial percebida no mês, a série das variações acumuladas no ano segue apresentando desaceleração no ritmo de retração. A série dos últimos doze meses segue apresentando comportamento estável, num patamar bastante baixo.



Fonte: IBGE (elaboração: Dieese - Subseção na Fetiesc)

Entre as grandes categorias, a produção de bens de capital segue registrando crescimento. Na variação do mês com ajuste sazonal houve crescimento de 0,4% e com relação a agosto de 2015 a alta foi de 5,0%, nesta categoria. O registro sinaliza recuperação dos investimentos, mas cabe destacar que o crescimento ocorre sobre uma base de comparação bastante baixa. No período acumulado até agosto e nos últimos doze meses a queda na produção de bens de capital foi de 15,9% e de 21,9%, respectivamente.

A produção de bens intermediários recuou 4,3% em agosto, com relação a julho; -6,9% na

comparação com agosto de 2015; -8,0% e -8,3% no acumulado do ano e nos últimos doze meses, respectivamente. Os bens de consumo voltaram a apresentar recuo na produção, puxado pela forte queda na produção de bens de consumo duráveis (-9,3% no mês; -12,4% na série mensal; -20,2% no ano; e -23,0% nos últimos doze meses). A categoria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis teve recuo menor (-0,9% no mês; -1,9% na série mensal; -2,7% no ano; -4,1% nos últimos doze meses). Este resultado evidencia o impacto do corte da demanda, em função do maior desemprego, da menor renda das famílias e da restrição do crédito.

A sondagem da CNI para o mês de agosto segue apresentado que o nível de estoques está ajustado, dentro do planejado pelas empresas. A confiança dos empresários industriais segue em alta no mês de setembro, revelando quadro de otimismo, principalmente, com relação a expectativas (próximos seis meses). Com relação a alguns termômetros do desempenho da produção industrial acompanhados, cabe destacar que a expedição de papel ondulado cresceu 3,1% em agosto deste ano com relação ao ano passado. A produção de aço bruto apresentou pequeno recuo (-1,1%) neste período, assim como o consumo de energia elétrica pela indústria (-0,9%).

No mês de agosto foi registrado saldo positivo na movimentação do emprego formal na indústria de transformação (6.294 vínculos, 0,1% com relação ao estoque em julho). No período acumulado até agosto o recuo foi de 146 mil vínculos formais (-1,9%) e nos últimos doze meses de 482,5 mil vínculos formais (-6,1%).

Parece que - considerando a queda menor do emprego e as expectativas de corte da taxa de juros, associado aos indicadores de estoques ajustados, a ampliação de expedição de embalagens e expectativas positivas com relação ao futuro próximo -, a produção industrial tende a seguir melhorando o desempenho no ano e nos últimos doze meses, até porque foi no segundo semestre de 2015 que as maiores quedas na produção foram registradas.

## Atividade Industrial - Santa Catarina

A produção industrial em Santa Catarina teve leve recuo (-0,2%) na passagem de julho para agosto, na série com ajuste sazonal. Com relação ao mês de agosto do ano passado, no entanto, houve um crescimento de 1,8% na produção neste ano. Assim, no período acumulado do ano, até agosto, a produção teve queda de 4,7% com relação ao mesmo período do ano passado. Nos últimos doze meses a queda foi de 6,7%.

As maiores taxas de crescimento da produção no mês de agosto deste ano foram registradas nos setores de: máquinas, aparelhos e materiais elétricos (22,9%); máquinas e equipamentos (12,0%); têxteis (11,4%). No período acumulado do ano, apenas 2 dos 14 setores pesquisados apresentou crescimento na produção: máquinas, aparelhos e materiais elétricos (4,7%) e fabricação de produtos alimentícios (3,9%). Os setores que apresentam maior retração neste período são: produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-22,8%), metalurgia (-15,6%) e fabricação de produtos minerais não-metálicos (-14,4%).

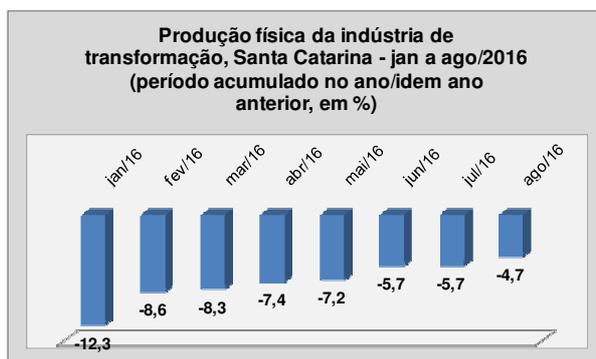
Já na série que considera os últimos doze meses (setembro/2015 a agosto/2016, com relação ao mesmo período anterior) todos os setores registram recuo na produção, com exceção da indústria de produtos alimentícios (2,3%). As maiores retrações são da indústria de metalurgia (-20,0%) e de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-20,4%).

Até o fechamento desta edição, a Fiesc não havia divulgado os resultados de agosto da pesquisa mensal de indicadores industriais. Até julho, ela registrou uma queda de 11,0% no faturamento real da indústria no estado, na comparação com o mesmo período do ano passado. Os setores que apresentaram maior queda foram o de produtos de metal (-29,6%) e o de móveis (-26,0%). Dos 16 setores pesquisados pela entidade, apenas o setor de bebidas registrou crescimento do faturamento real neste período (5,4%).

Ainda em julho, a utilização média da capacidade instalada nas unidades fabris no estado era de 80,7%. Este resultado é maior do que a média do país e também maior do que a registrada no mesmo mês do ano passado (79,3%).

Apesar do menor faturamento real neste ano, os empresários industriais catarinenses estão confiantes, aponta a Fiesc. O Índice de Confiança do Empresário Industrial registrou 55,6 pontos em setembro (no mesmo mês de 2015 era de 35,7 pontos) e as expectativas com relação ao futuro chegam a 60,1 pontos (em setembro de 2015 era de 38,8 pontos).

Corroborando com esta confiança a recuperação na produção industrial do ano, que vem apresentando trajetória decrescente, mês a mês, nas taxas de queda percebidas na série do ano.



Fonte: PIM/IBGE. (Elaboração: Dieese - Subseção na Fiesc)

Em linha, o emprego formal na indústria de transformação no estado segue registrando saldo positivo na movimentação (contratados menos desligados). Até agosto foram gerados 5 mil novos vínculos formais, o que representa um crescimento de 0,8% no estoque de empregos com relação ao que se tinha em dezembro de 2015. Nos últimos doze meses, que considera ainda os últimos meses de 2015, o emprego registra uma variação negativa de 3,9%.

## INDICADORES INDUSTRIAIS - BRASIL (em %)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IBGE)	Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M
<i>Geral</i>	-3,8	-5,2	-8,2	-9,3
<i>Extrativa</i>	-1,8	-11,7	-13,1	-10,3
<i>Transformação</i>	-3,6	-4,3	-7,4	-9,2
<b>Grandes categorias</b>				
Bens de capital	0,4	5,0	-15,9	-21,9
Bens intermediários	-4,3	-6,9	-8,0	-8,3
Bens de consumo	-1,6	-4,1	-6,5	-8,2
Bens de consumo - <i>duráveis</i>	-9,3	-12,4	-20,2	-23,0
Bens de consumo - <i>semiduráveis e não duráveis</i>	-0,9	-1,9	-2,7	-4,1
FATURAMENTO REAL (CNI)	Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M
	-3,9	-12,0	-12,1	-
NÍVEL DE ESTOQUES (CNI)	-	Ago. 2015	Jul. 2016	Ago. 2016
Relação efetivo-planejado	-	53,2	50,0	50,8
TERMÔMETROS DE ATIVIDADE	Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M
Expedição de papelão ondulado (ABPO)	-1,7	3,1	-1,4	-
Consumo de energia elétrica industrial (EPE)	-	-0,9	-4,2	-5,4
Produção de aço bruto (Aço Brasil)	-	-1,1	-10,6	-
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M
<i>Saldo (qtde)</i>	6.294	-	-146.249	-482.535
<i>(%)</i>	0,1	-	-1,9	-6,1
Utilização da Capacidade Instalada (CNI)	-	Ago. 2015	Jul. 2016	Ago. 2016
<i>(% média)</i>	-	78,2	76,9	77,6
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (CNI)	-	Set. 2015	Ago. 2016	Set. 2016
	-	35,7	51,5	53,7
<i>Condições atuais</i>	-	27,5	42,2	44,0
<i>Expectativas</i>	-	39,9	56,2	58,7
COMÉRCIO EXTERIOR (Funcex)		Ago/Ago	Até Ago	U12M
Exportação - manufaturados				
<i>Quantum (%)</i>		25,0	12,0	11,9
<i>US\$ (%)</i>		17,8	0,1	-1,6
Importação - total				
<i>Quantum (%)</i>		8,4	-16,4	-18,8
<i>US\$ (%)</i>		0,4	-24,7	-27,9
Índice de Rentabilidade das exportações - total (%)		-14,7	-5,8	-1,7
Índice de Termos de troca - total (%)		7,4	-2,3	-5,4
INDICADORES DE COMPETITIVIDADE (BCB)		Ago/Ago	Até Ago	U12M
Custo unitário do trabalho (Var.%)		18,8	-6,4	-
Índice de taxa real de câmbio efetiva (Var.%)		-19,4	1,7	-
Índice de taxa real de câmbio corrigida pela produtividade (%)		-30,3	-9,9	-

## INDICADORES INDUSTRIAIS - SANTA CATARINA (em %)

PRODUÇÃO (IBGE)		Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M		
Transformação		-0,2	1,8	-4,7	-6,7		
Têxtil		-	11,4	-4,9	-9,8		
Vestuário		-	-9,9	-3,9	-2,3		
Celulose, Papel e Produtos de Papel		-	-4,9	-4,1	-3,8		
Borracha e Plástico		-	9,0	-6,6	-9,1		
FATURAMENTO REAL (Fiesc)		Jul/Jun	Jul/Jul	Até Jul	U12M		
Transformação		-	-7,6	-11,0	-		
Têxtil		-	-	-10,1	-		
Vestuário		-	-	-13,5	-		
Celulose, Papel e Produtos de Papel		-	-	-9,8	-		
Plástico		-	-	-11,3	-		
CAGED - Ind. Transformação (MTE)		Ago/Jul	Ago/Ago	Até Ago	U12M		
Saldo (qtde)		1.702	-	4.974	-26.763		
(% )		0,3	-	0,8	-3,9		
Utilização da Capacidade Instalada (Fiesc)		Jul. 2015		Jul. 2016			
(% média)		79,3		80,7			
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiesc)		Set. 2015	Ago.2016	Set. 2016			
		35,7	51,1	55,6			
Condições atuais		29,4	44,8	46,6			
Expectativas		38,8	54,3	60,1			
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL (Funcex)		Ago/Ago		Até Ago		U12M	
		US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)
Exportações							
Têxtil		2,1%	9,2%	9,9%	119,4%	-0,8%	9,9%
Vestuário e acessórios		10,1%	22,7%	-3,7%	113,3%	-8,4%	13,0%
Couro e calçados		11,9%	18,6%	-8,2%	112,6%	-13,6%	10,1%
Papel e celulose		-1,7%	18,5%	-0,3%	111,8%	4,4%	11,8%
Produtos químicos		-3,1%	9,3%	-6,4%	108,3%	-11,6%	5,5%
Produtos de material plástico		-0,9%	2,9%	-5,3%	107,5%	-7,1%	6,2%
Importações							
Têxtil		7,3%	16,0%	-29,6%	-24,3%	-34,3%	-30,4%
Vestuário e acessórios		-53,0%	-53,3%	-49,4%	-52,6%	-41,9%	-44,4%
Couro e calçados		-18,6%	-24,8%	-37,1%	-39,2%	-34,8%	-36,0%
Papel e celulose		-12,9%	-6,9%	-28,2%	-23,5%	-31,9%	-27,4%
Produtos químicos		10,7%	29,6%	-15,5%	-1,4%	-18,8%	-7,1%
Produtos de material plástico		-7,1%	0,0%	-26,6%	-21,5%	-27,7%	-23,4%
Índice de Rentabilidade das exportações (Var.%)		Ago/Ago		Até Ago		U12M	
Têxtil		-20,6%		-2,6%		-2,6%	
Vestuário e acessórios		-23,2%		-7,8%		-7,8%	
Couro e calçados		-18,7%		-12,1%		-12,1%	
Papel e celulose		-28,9%		-5,4%		-5,4%	
Produtos químicos		-19,9%		-5,5%		-5,5%	
Produtos de material plástico		-14,1%		-3,9%		-3,9%	

**INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO**

<b>Custo de Vida</b>		
Inflação	Ago (%)	Var. 12 meses (%)
ICV/DIEESE	0,36	8,57
INPC/IBGE	0,31	9,62
IPCA/IBGE	0,44	8,97
IGP-DI/FGV	0,43	11,27
IGP-M/FGV	0,15	11,49
IPC/FIPE	0,11	9,13

<b>Cesta Básica</b>	Florianópolis	Ago	Varição acum. no ano (em %)	7,79
			Valor mensal (em R\$)	457,11

**Salário Mínimo Necessário e Piso Regional Catarinense**

<b>Salário Mínimo Nacional</b>	Agosto	Valor nominal (em R\$)	880,00
<b>Salário Mínimo Necessário</b>	Agosto	Valor nominal (em R\$)	3.991,40
	Faixa I	Valor nominal (em R\$)	1.009,00
<b>Piso Regional SC</b>	Faixa II	Valor nominal (em R\$)	1.048,00
	Faixa III	Valor nominal (em R\$)	1.104,00
	Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.158,00

**Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação no Brasil**

	Total Admissões (Qtde)	Total Desligamentos (Qtde)	Saldo (Qtde)	Var. Emprego (%)
<b>Em agosto<sup>1</sup></b>	218.713	212.419	6.294	0,1
<b>No ano<sup>2</sup></b>	1.685.696	1.831.945	-146.249	-1,9
<b>Nos últimos 12 meses<sup>3</sup></b>	2.385.873	2.868.408	-482.535	-6,1

(<sup>1</sup>) Variação considera o estoque do mês anterior; (<sup>2</sup>) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (<sup>3</sup>) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.

**Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação em Santa Catarina**

	Total Admissões (Qtde)	Total Desligamentos (Qtde)	Saldo (Qtde)	Var. Emprego (%)
<b>Em agosto<sup>1</sup></b>	22.030	20.328	1.702	0,3
<b>No ano<sup>2</sup></b>	183.319	178.345	4.974	0,8
<b>Nos últimos 12 meses<sup>3</sup></b>	246.954	273.717	-26.763	-3,9

(<sup>1</sup>) Variação considera o estoque do mês anterior; (<sup>2</sup>) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (<sup>3</sup>) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.

**Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido pelos Ocupados (todos os trabalhos)**

<b>Brasil</b>	Valor (em R\$)	2.011,00
	Jun a Ago 2016/ídem ano anterior (em %)	-1,7
<b>Santa Catarina</b>	Valor (em R\$)	2.048,00
	2º trimestre 2016/ídem ano anterior (em %)	-8,5

**Massa Real de Rendimentos Habitualmente Recebidos pelos Ocupados (todos os trabalhos)**

<b>Brasil</b>	Valor (R\$ em milhões)	176.979,00
	Jun a Ago 2016/ídem ano anterior (em %)	-3,0
<b>Santa Catarina</b>	Valor (R\$ em milhões)	6.805,00
	2º trimestre 2016/ídem ano anterior (em %)	-10,3

**Taxa de Desocupação**

<b>Brasil</b>	Jun a Ago 2016 (em %)	11,8
	Jun a Ago 2016/ídem ano anterior (em p.p.)	3,0
<b>Santa Catarina</b>	2º trimestre 2016 (em %)	6,7
	2º trimestre 2016/ídem ano anterior (em p.p.)	2,8

## INDICADORES MACROECONÔMICOS

PIB Trimestral (em %)		Indústria	FBCF	Cons.Fam.	Cons.Gov.	PIB
2º trim. 2016 / 1º trim. 2016		0,3	0,4	-0,7	-0,5	-0,6
2º trim. 2016 / Idem 2016		-3,0	-8,8	-5,0	-2,2	-3,8
IBC-BR (em %)		Jul/Jun	Jul/Jul	Até Jul		U12M
		-0,1	-5,2	-5,3		-5,7
Finanças Setor Público		Até Ago. 2015		Ago. 2016	Até Ago. 2016	
		R\$ mi	% PIB	R\$ mi	R\$ mi	% PIB
Resultado Primário		-1.105	0,0	-22.267	-58.859	-1,4
Juros Nominais		-338.326	-8,7	-40.676	-254.575	-6,3
Resultado Nominal		-339.431	-8,7	-62.943	-313.434	-7,7
		<i>Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)</i>				70,1
		<i>Dívida Líquida do Governo Geral (% PIB)</i>				45,0
Setor Externo		Até Ago. 2015		Ago. 2016	Até Ago. 2016	
		US\$ mi		US\$ mi	US\$ mi	
Transações Correntes		-46.164		-579	-13.119	
		<i>Bal. Coml.</i>		<i>6.280</i>	<i>3.918</i>	
Conta Financeira		44.632		116	7.636	
		<i>IDP</i>		<i>42.175</i>	<i>7.208</i>	
		<i>Saldo de transações correntes (U12M % PIB)</i>				-1,5
		<i>Necessidade de financiamento externo (U12M % PIB)</i>				-2,7
Câmbio				Ago. 2015	Ago. 2016	
Taxa média - venda (R\$/US\$)				3,51	3,21	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPA-DI) (U12M em %)</i>				-	-21,0	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPCA) (U12M em %)</i>				-	-15,3	
Inflação				Ago. 2015	Ago. 2016	Var. (p.p.)
IPCA (U12M %)				9,53	8,97	-0,6
INPC (U12M %)				9,88	9,62	-0,3
Juros				Ago. 2015	Ago. 2016	Var. (p.p.)
Meta da taxa Selic (% a.a.)				14,25	14,25	0,0

Economia para Trabalhadores - Ano IV, edição XL, setembro de 2016. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetiesc.

**EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA** - Presidente: Idemar Antonio Martini; Vice-Presidente: Rosane Sasse; Secretário Geral: Landivo Fischer.

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE** - Direção Técnico: Clemente Ganz Lúcio; Coordenação Executiva: Patrícia Pelatieri; Coordenação Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas; Coordenação de Educação: Fausto Augusto Junior; Coordenação de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira; Coordenação de Atendimento Técnico Sindical: Airton Santos; Coordenação de Estudos e Desenvolvimento: Angela Schwengber; Supervisor Regional do Dieese/SC: José Álvaro Cardoso; Técnico Responsável pelo Boletim: Mairon Edegar Brandes.